

Nova batalha espera governo no Congresso

A partir de terça-feira, o Executivo lutará para aprovar pacote de aumento de impostos e evitar reajuste do mínimo para R\$ 100

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA — A próxima batalha que o governo enfrentará no Congresso, durante o esforço concentrado de votações que começa nesta terça-feira, será mais dura que a aprovação do nome do presidente do Banco Central, Péricio Arida, pelo Senado. O governo enfrentará nova rebelião de aliados que não concordam em aprovar o aumento salarial de parlamentares, ministros e presidente da República, sem antes reajustar o salário mínimo para R\$ 100. Será o primeiro confronto deste governo na Câmara e o segundo no Senado, onde quase foi derrotado. As disputas pelas presidências das duas Casas e lideranças dos partidos políticos poderá atrapalhar os entendimentos.

Não há acordo entre as lideranças dos partidos para a aprovação da maioria dos projetos, e muito menos para a medida provisória do pacote tributário, que precisa ser aprovada para que o aumento do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas entre em vigor este ano. Uma reunião já está convocada para amanhã, entre todas as lideranças e o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE). Também as bancadas dos partidos estão com reuniões convocadas para amanhã, a fim de tomar posição. O PDT realizará até um seminário com a presença do ex-governador Leonel Brizola.

Candidato à liderança do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira tenta facilitar a vida do governo e a candidatura do amigo Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) à sua sucessão, chamando líderes para almoçar e acelerando as negociações. Mas reconhece: "A aprovação da indicação de Péricio Arida no Senado não é nada comparado ao que há na pauta da Câmara para votar. E com o governo não tem varejo, só atacão", comenta, sobre as listas de nomeações que os parlamentares tentam emplacar, ainda sem sucesso.

Disposição — O deputado Luís Carlos Santos (PMDB-SP), na expectativa da confirmação para permanecer na liderança do governo na Câmara, não acredita em confronto. Depois de uma reunião com o ministro do Planejamento, José Serra, o deputado disse: "Existe disposição para negociar."

Também no Senado, o grupo rebelde liderado pelo senador Alfredo Campos (PMDB-MG) voltará a obstruir a pauta,

até que a Câmara dos Deputados aprovem a anistia ao senador Humberto Lucena (PMDB-PB), atual presidente do Congresso.

Com o substitutivo apresentado pelo deputado Prisco Viana (PPR-BA), o projeto de anistia terá de regressar ao Senado para nova votação. "Só vamos participar do esforço para votar as matérias aprovadas pela Câmara, inclusive os nossos salários, depois da votação da Câmara", anunciou Campos. "É justo aprovar o aumento dos parlamentares sem antes votar o novo salário mínimo?", pergunta.

Entre os deputados, a prioridade da pauta é o projeto fixando o aumento dos salários para deputados, senadores, ministros de Estado, vice e presidente da República, entre R\$ 8 mil e R\$ 11.500. O projeto está na fase de redação final. Na reunião de hoje com as lideranças, o presidente da

Luiz Antônio — 25/10/94



Inocêncio: "O governo não tem varejo"

Paulo Nicolella — 21/5/92



Rita: projeto para reduzir folha salarial

Câmara vai apresentar a proposta da Mesa Diretora. Em seguida, será votada a pensão para o presidente Itamar Franco, igual ao salário do presidente da República. Só depois é que entra o aumento do mínimo. O governo não tem interesse na aprovação do novo mínimo, e alegará que já encontrou dificuldades para pagar o abono de R\$ 15.

Nas votações da Câmara, a nova rebelião contra o governo pode vir de três partidos — PP, PL e PTB — considerados aliados marginalizados pelo governo. Os três vão se unir aos partidos de esquerda — PT, PDT, PC do B e PPS — para aprovar o novo mínimo. O líder do PL, Waldemar Costa Netto (SP), anuncia: "Ainda bem que não me pediram para votar contra, pois a tendência da nossa bancada é aprovar os R\$ 100."

No PMDB, o candidato a candidato à presidência da Câmara, deputado Gonzaga Motta (CE), considera "um desgaste" aprovar aumento de salário de autoridades sem antes aumentar o mínimo. Em nome da liderança do PT, o deputado Paulo Paim (RS) deflagrou novo movimento de obstrução da pauta: "Só aprovaremos os aumentos salariais e a pensão de Itamar depois do salário mínimo." PMDB, PFL e PSDB vão testar suas forças.

Providências — Tentando contornar a rebelião na Câmara, o deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), cotado para a liderança do PMDB, informou que as dificuldades do presidente Fernando Henrique "outra vez estarão mais no Senado que na Câmara". Só que o senador Élcio Álvares (PFL-ES), virtual líder do governo no Senado, não acredita em repetição do caso Arida, pois "o governo já tomou todas as

providências, conversando com todos os senadores, inclusive os da oposição".

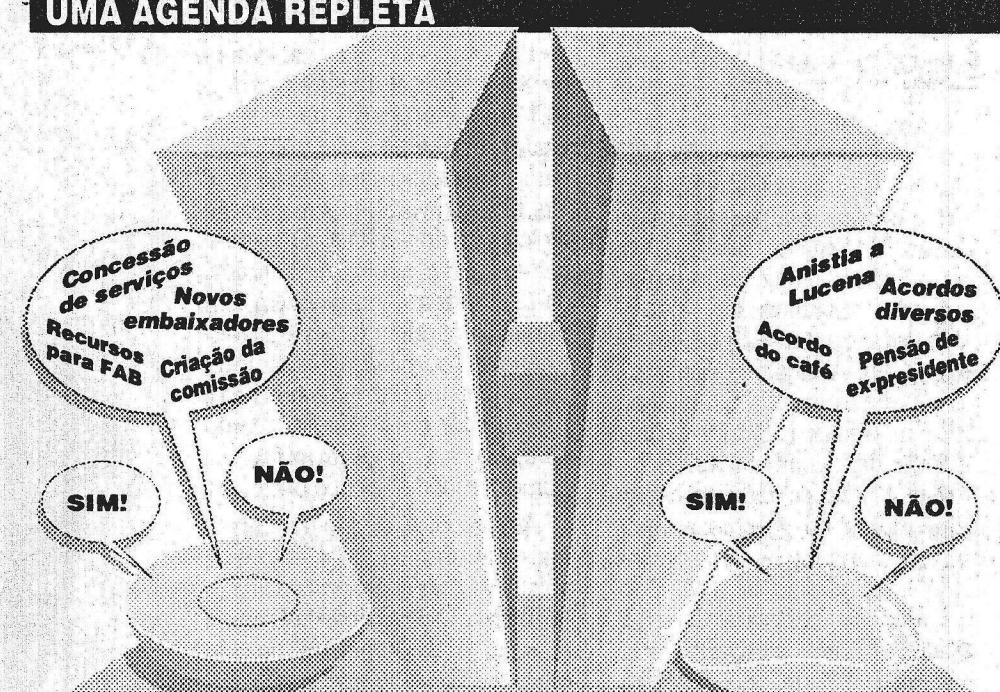
Os projetos de interesse do presidente Fernando Henrique Cardoso no Senado serão votados na quarta-feira, dia 18. São eles, a concessão de serviços públicos, estimulando as parcerias com o setor privado, e o que fixa em 60% o teto de remuneração do funcionalismo público federal. Para mais uma tentativa de acordo para flexibilizar a exploração das concessões de serviços públicos, o senador José Fogaça (PMDB-RS), candidato a líder do PMDB, reúne-se hoje, no Palácio do Planalto, com o vice-presidente, Marco Maciel.

Cemig — Fogaça e Maciel já tinham acertado a aprovação da medida conforme foi enviada ao Congresso, sem mudanças, deixando as sugestões dos parlamentares para nova medida provisória, mas receberam o contra das estatais de energia elétrica dos estados. A Cemig, de Minas, é das mais resistentes. Por esse motivo, Fogaça alerta: "Os parlamentares não se sentem em condições de aprovar a MP sem entendimento com as concessionárias."

Os governadores e prefeitos serão convocados a ajudar na aprovação do projeto da deputada Rita Camata, que limita a 60% da arrecadação os gastos com o funcionalismo. "O problema é que ele é inexequível, pois a folha de salários só pode ser reduzida com demissão de funcionários", explica um senador do PFL.

Ainda existe uma lista de renovações de emissoras de rádio e TV encalhada na pauta. O senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA) tem tentado obstruir as votações, com ajuda dos senadores Esperidião Amin (PPR-SC) e Eduardo Suplicy (PT-SP), alegando falta de critérios para a renovação das concessões.

UMA AGENDA REPLETA



CONGRESSO NACIONAL

Medidas provisórias	Autor	A quem interessa
MP do Pacote Fiscal e Tributário	Executivo	Executivo/empresas
MP sobre organização da Presidência da República	Executivo	Executivo
MP que tributa as remessas postais	Executivo	Executivo/empresas
Reestruturação da Receita Federal	Executivo	Fazenda
64 medidas provisórias aguardando acordo para votação		

CÂMARA

Projetos	Autor	A quem interessa
Aumentos nos 3 poderes	Executivo e Congresso	Executivo/Congresso/Judiciário
Pensão de ex-presidente	Sen. João Rocha	Itamar Franco
Aumento salário mínimo	Executivo	Assalariados e aposentados
Anistia Lucena	Senado	Humberto Lucena e mais 17 parlamentares
Acordos internacionais	Executivo	Itamarati
Acordo do café	Executivo	Itamarati e produtores
Criação da Comissão de Fazenda-CPI do Orçamento		Executivo/Congresso

SENADO

Projetos	Autor	A quem interessa
Concessão de serviços públicos	FHC	Executivo/concessionárias de energia
Fixa teto para funcionalismo	Rita Camata	Executivo/servidores
Criação da Comissão de Ciência e Tecnologia	Marco Maciel	Senadores
Fontes de recurso para o FAS	Marco Maciel	Executivo/sindicatos/empresas
24 concessões de rádio e TV	Câmara	Empresas
Presidente e Conselho do Cade	Executivo	Ministério da Justiça/consumidores
Novos 11 embaixadores	Executivo	Itamarati

Arquivo



Valdemar, do PL, Motta, do PMDB, e Paim, do PT, querem aumento do mínimo